



Poderees buscam consenso para evitar perda de receita

Em reunião na manhã de quinta-feira (27), coordenada pelo presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado João Paulo Kleinübing (PFL), no gabinete da presidência da Assembléia Legislativa, parlamentares e representantes dos Poderes fizeram mais uma rodada de discussões a respeito do conceito de RLD (Receita Líquida Disponível) para definir o repasse constitucional. No encontro, expuseram a discordância quanto à exclusão de dois tributos da RLD. O Executivo prevê ainda a exclusão do Imposto de Renda Retido na Fonte. O encontro foi aberto pelo presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT).

Página 3



(foto Jonas Lemos Campos)

Deputados da Comissão de Finanças e representantes dos Poderes debateram por mais de duas horas

CPI da Casan

Documentos contraditórios

A entrega de documentos contraditórios referentes à homologação do Plano de Cargos e Salários, no Acordo Coletivo de Trabalho de 1994, através da DRT - Delegacia Regional do Trabalho/SC, gerou suspeita entre os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre possíveis irregularidades envolvendo a DRT e processos trabalhistas movidos contra a Casan. A afirmação é do presidente da CPI que investiga a origem do passivo trabalhista da estatal, deputado Dionei Walter da Silva (PT), depois de ouvir o delegado regional do Trabalho, Odilon Silva, na tarde de terça-feira (24). Na quinta-feira, (27), foram ouvidos os servidores da regional de Lages, Janir Carlos Nunes Pereira, Francisco Carlos Garcia, Gilmar Vilson de Souza, Daniel Vicente Freitas e o advogado terceirizado pela Casan, Moacir Lopes Ern.

Página 4

Combate ao tabagismo

No próximo dia 31, Dia Internacional de Combate ao Fumo, a Assembléia parte para mais uma ação no combate a este mal que, além prejudicar a saúde dos fumantes, ainda causa prejuízos à saúde de todos os que estão à sua volta. "Estamos lançando um desafio para que a Casa entre no programa de combate ao fumo. Por isso, a partir do dia 31 de maio não haverá cinzeiros nos corredores da Alesc e os fumantes serão convidados a utilizar os fumódromos", exaltou o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Volnei Morastoni (PT), em discurso na tribuna no dia 26.

De acordo com estimativas da OMS (Organização Mundial da Saúde), cerca de 80 mil pessoas morrem a cada ano no Brasil, vítimas de doenças relacionadas ao fumo. E o slogan da campanha do Dia Internacional este ano é *Tabaco e pobreza: um ciclo vicioso*. A Alesc faz campanha há algum tempo para combater o uso de cigarro com cartazes espalhados pela Casa, com a frase Ambiente Livre do Cigarro. Os servidores contam com o Projeto Fênix, para abandonar o cigarro, com apoio de uma equipe de médicos, psicólogos e assistentes sociais. (GMP)



Código de Conduta

Os projetos de Lei nº 304 e 305, de 2003, que prevêem a instituição de um Código de Conduta da Administração Estadual e de uma Comissão Estadual de Ética Pública, que teria a função de fiscalizar os atos e dirimir conflitos éticos no âmbito público, foram temas de audiência pública na manhã de terça-feira (25) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), presidida pelo deputado Julio Garcia (PFL). O autor das duas propostas, deputado João Paulo Kleinübing (PFL), destaca que tratam-se de assuntos complementares com o objetivo de trazer a Santa Catarina parte da experiência do governo federal, que criou os dois institutos.

Página 6

CPI da Udesc

Depoimentos insuficientes

Dois funcionários ligados à Fesag (Fundação Esag) foram ouvidos na tarde de segunda-feira (24) pela CPI da Udesc, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT). Depuseram o ex-diretor da Esag, Osvaldo Momm, e o diretor executivo e professor da Esag, José Luiz Antonacce Carvalho. Momm não conseguiu informar datas ou comprovar a existência de contratos. E a maioria das perguntas direcionadas a Antonacce não foi respondida com precisão. Por este motivo, o presidente exigiu que ele entregue em dez dias à CPI documentos referentes a contratos, entre outras solicitações. A CPI também fará uma visita à Fundação Esag para averiguar as denúncias.

Página 4

Crescimento e empregos

Números da Fiesc apresentados neste mês atestam que foram criados 2.171 postos de trabalho na indústria de Santa Catarina em abril, o que representa um aumento de 1,1% em relação a março. Com destaque para os setores alimentar, elétrico, metalúrgico e de comunicação, a indústria catarinense já acumula a abertura de 6.142 novas vagas na indústria desde janeiro. Estes dados complementam os números divulgados neste mês pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos), que demonstram que, embora o desemprego seja alto, a criação de novas vagas bate recordes. Para o Dieese, tanto o desemprego quanto a criação de empregos atingiram números significativos em abril e há uma tendência de que os números sejam ainda mais promissores a partir deste mês.

O Boletim Mensal sobre o Comportamento do Mercado de Trabalho, divulgado pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas) afirma que em julho de 2004 o país vai viver o "espetáculo do crescimento" prometido no ano passado pelo presidente Lula. O IPEA revela também um avanço na renda média do trabalhador e a recuperação do poder de compra dos salários nas principais regiões metropolitanas do país. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e

Emprego vem sinalizando um dinamismo considerável do emprego formal este ano, com um volume de cerca de 350 mil novas contratações no primeiro trimestre. É o melhor resultado para esse período desde quando a apuração foi iniciada, em 1992.

Para o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que esta semana divulgou novos dados sobre o Produto Interno Bruto, o primeiro trimestre deste ano apresentou um crescimento de 1,6% de nosso PIB em relação ao último trimestre do ano passado. O setor agropecuário foi o grande destaque, com o crescimento mais alto, com alta de 3,3%. A indústria teve alta de 1,7% no trimestre, quando se compara com o quarto trimestre do ano passado. No setor de serviços, o crescimento foi de 0,4% em relação ao quarto trimestre.

Com a inflação domada, a dívida pública sob controle, o câmbio estabilizado e a confiança de que o Brasil hoje é um país viável e com grande potencial de crescimento é possível que a economia nacional inicie seu desenvolvimento de forma sustentável. O Brasil possui novamente uma "política industrial consistente, uma política de comércio exterior corajosa e uma política social responsável". Com a estabilidade garantida e o crescimento retomado, agora é a vez dos empregos.

Deputado Volnei Morastoni (PT)

Visão contemporânea

A recente viagem do governador Luiz Henrique da Silveira à Rússia e à Inglaterra abriu novas perspectivas de negócios e intercâmbios para Santa Catarina. Embora criticada por algumas vozes da oposição no Parlamento estadual, a determinação de romper barreiras e ampliar horizontes, tanto no plano econômico como no cultural e desportivo, mostra que há uma função bem executada pelo governo, como animador e criador de oportunidades para a sociedade catarinense.

Com a administração de Moscou, a partir de uma aproximação já consolidada através da presença da escola do ballet Bolshoi em Santa Catarina, abriu-se a perspectiva de intercâmbio entre técnicos de futebol, de modalidades olímpicas, como a natação e o atletismo, de cultura, para jovens nos períodos de férias. Surge a possibilidade de implantação de um curso de língua russa para executivos, estimulando a geração de negócios, como os que poderão ser incrementados com o empresariado de Samara, o segundo estado em importância da Rússia. Eles contam com um parque industrial bem desenvolvido e têm interesse em fechar uma joint venture para a fabricação de ônibus com a tecnologia catarinense.

Para julho, está definida a vinda de uma comitiva de empresários coordenados pelo governador daquele Estado, num roteiro que envolverá vários pólos industriais do Estado.

Empresários ingleses, escandinavos e da China tiveram acesso ao projeto do Sapiens Park, centro tecnológico de excelência que será localizado no Norte da Ilha de Santa Catarina, cujo projeto deverá ser implantado ao longo de uma década. A captação de recursos será da ordem de 1,2 bilhão de dólares.

O governo também busca identificar oportunidades de estímulo ao crescimento regional por meio das Secretarias de Desenvolvimento Regional e tem metas futuras. Santa Catarina, estado com forte componente de colonização germânica, quer atrair investimentos de empresas alemãs e buscar a ampliação de negócios com a China, terceiro parceiro comercial brasileiro, e o que mais cresceu em 2003. Incentiva também o intercâmbio com parceiros próximos, como as províncias do norte argentino, abrindo boas chances de negócios para o Oeste e Planalto Norte do Estado. Tudo de acordo com uma visão administrativa adequada às necessidades contemporâneas de nossa sociedade.

Deputado Manoel Mota (PMDB)

Flores e lembranças na Galeria Meyer Filho

Desde segunda-feira (24), quem passa pela Galeria de Arte Meyer Filho pode conferir a exposição "Flores e Lembranças", da artista plástica Luciana de Alencastro Gaertner. Utilizando-se de diversas técnicas, a artista refaz o processo de percepção da flor, colocando-a em diversas formas. Paisagens e mutações são mostradas em seu processo pictórico. A cada trabalho, as recordações da adolescência, a sutil dimensão de uma paisagem interior, que se expressa na pintura em seda pura e nas fo-

lhas desidratadas. Cores esmaecidas pelas reminiscências remetem às relações mais íntimas de afeto, sonho, nostalgia e essência.

Para Luciana, as flores, tão exploradas por tantos anos ao longo da história da arte, não perderam a força de expressão. "Flores e Lembranças" trabalha em diversas materialidades, que somam, no resultado final, a plasticidade e a fluência de cores e linhas, impondo ritmos diversos de uma perspectiva poética velada, conforme explicou a própria artista. (TK)

Política internacional é tema de livro

No dia 26, a Galeria de Arte Meyer Filho foi palco do lançamento do livro "A Luta Antiimperialista x Hegemonia Americana", dos autores José Reinaldo Carvalho e Lejeune Mato Grosso de Carvalho, com publicação da Editora Alfa-Omega. O primeiro livro escrito por eles foi "Conflitos Internacionais num Mundo Globalizado".

Esta nova obra é uma coletânea de artigos produzidos ao longo de 2003 pelos autores, um jornalista e um sociólogo, respectivamente, ambos especializados na temática das relações internacionais e ativos militantes da luta antiimperialista. Segundo Lejeune, das 268 páginas do livro, 220 tratam de política internacional. (TK)

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Estagiária: Elisa Alba da Silva

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Proj. Antonieta de Barros: Taciana Terezinha da Silva e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Alesc entrega Medalha Antonieta de Barros

A Medalha do Mérito Antonieta de Barros foi entregue na noite de terça-feira (25), em sessão solene no Plenário, a 35 mulheres, um homem e quatro entidades que se destacaram em atividades na defesa da mulher. Esta medalha foi instituída pela Resolução nº 49/00, de autoria da então deputada, e atual senadora, Ideli Salvatti (PT), para agradecer anualmente, na semana alusiva ao falecimento de Antonieta de Barros, pessoas ou entidades que prestaram relevantes serviços em defesa dos direitos da mulher. Antonieta foi a primeira deputada mulher em Santa Catarina.

A sessão foi dirigida pelo presidente da Casa, deputado Volnei

Morastoni (PT), e contou com a presença de todos os deputados da Casa e dos secretários do Estado da Saúde, Dado Cherem, e da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet. A solenidade começou com uma explanação das deputadas Ana Paula Lima (PT), Odete de Jesus (PL) e Simone Schramm (PMDB). Após a entrega das medalhas, Lair Leoni Bernardoni, em nome de todos os homenageados, disse que "é preciso dar forma e conteúdo a nossas escolhas" e, por isso, escolheu ajudar o próximo. Antonieta

de Barros, que foi a primeira mulher eleita deputada no Estado e a primeira negra eleita no país, mantinha uma postura conservadora e tratava de temas relativos a mulheres e negros. Morreu em 1951, vítima de diabetes. (GMP)



Homenageados, familiares e os parlamentares lotaram o Plenário

Os homenageados:

Alda Steil
 Ana Tereza Sinfrônio Périco
 Áurea Terezinha Martins Brunel Alves
 Aurora de Almeida
 Bernardo Wolfgang Werner
 Dilamar Terezinha Gallina Tebaldi
 Eliete Maria Rosa
 Erotides Helena da Silva
 Escola Especial Maria Frey (Apae)
 Ester de Souza Ferreira de Macedo
 Fedra Luciana Konell Alcantara da Silva
 Giana Cervi
 Heliete Marly Filomeno Leal
 Ivone Maria Perassa
 Juçara Teixeira de Borba Scheffer
 Lair Leoni Bernardoni
 Lisiane Anzanello Meira
 Lucilda Cerqueira Lima
 Maria de Fatima Daltoé de Oliveira
 Maria de Lourdes Alves Dantas
 Maria de Lourdes Monteiro Santana
 Maria Francisca das Neves Colonetti
 Maria Isabel Gonçalves Arcênio
 Maria Lúcia D'Ávila Pizzolante
 Maria Marinete Meress
 Miriam Purnhagen
 Mirian da Silva Hoepers
 Noely Ruas Parisotto
 Raquel Alves dos Santos de Queiroz
 Rede Feminina de Combate ao Câncer de Chapecó
 Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Francisco do Sul
 Rita Batalha Parizotto
 Rose Mari de Almeida
 Santina Moraes Henrique
 Solange Barp
 Sueli da Silva Fischer
 Wilma Machado Carrilho
 Zoraida Hostermann Guimarães



"Toda ação requer instrumento. E o instrumento máximo da vida é a instrução... E só vive, no sentido humano da palavra, o que pensa. Os outros se movem, tão-somente."

Antonieta de Barros, em 1933

Encontro com governador pode definir repasses

Scheila Dziedzic

A discussão envolvendo o repasse constitucional ao Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e Udesc -, que podem sofrer perda de receita com algumas mudanças propostas na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) pelo Executivo -, tem como ponto de divergência a exclusão da CIDE (Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico) e da cota parte da Compensação Financeira de Recursos Hídricos, da base de cálculo da RLD (Receita Líquida Disponível).

O deputado Antônio Carlos Vieira - Viegari (PP) manifestou concordância com a intenção do Executivo incluída na LDO. Segundo ele, a CIDE e a Compensação Financeira de Recursos Hídricos são recursos que o governo é obrigado a empenhar em obra determinada. "Como o governo vai retirar percentual referente aos Poderes? Aliviamos a dificuldade de receita, mas agravamos o problema de caixa do Estado", argumentou. O líder do PFL, deputado Antônio Ceron, concordou que seria "castigar" o governo a retirada de 16% destas fontes.

Para Kleinübing, é preciso buscar clareza sobre o que os Poderes entendem como receita. Ele defende um encaminhamento consensual sobre o que é a receita que serve de base de cálculo do repasse dos Poderes. "O que não for de entendimento comum, vai para a disputa no voto." Na terça-feira, dia 1º, presidentes do TJ, TCE e Alesc e representantes do Ministério Público e Udesc se reúnem com o governador do Estado. O impacto deste novo conceito de RLD proposto pelo Executivo será de R\$ 36 milhões.

Saldo - Outra situação que pode criar dificuldades é o uso pelo Executivo do saldo financeiro dos Poderes ao final de cada ano e o descumprimento da lei que estabeleceu o aumento escalonado nos repasses ao Ministério Público e o Tribunal de Justiça. O relator da LDO, deputado Reno Caramori (PP), deverá apresentar emenda mantendo o aumento de 0,25% ao TJ e 1% para o MP. Além, de determinar o retorno do saldo financeiro ao início do próximo exercício. Esta posição encon-

tra apoio da maioria dos parlamentares. O deputado João Henrique Blasi (PMDB), que manifestou voto pessoal pela manutenção do aumento, demonstrou preocupação quanto a disponibilidade financeira do Estado.

A busca de encaminhamentos consensuais está sendo conduzida com a participação do grupo de trabalho formado por técnicos de cada órgão, designado no primeiro encontro realizado com o governador Luiz Henrique da Silveira. O representante do TJ, Laudenir Petrozini, espera que haja sensibilidade aos argumentos. Ele lembra que o acordo que previu o aumento dos percentuais exigiu uma contrapartida do Tribunal de Justiça, na instalação de novas comarcas e contratação de pessoal para atender a demanda da sociedade. "Nossa atividade depende exclusivamente de pessoal. A exclusão de receita deve ser pensada também em função da necessidade dos Poderes. O objetivo desta mudança de conceito é migrar recursos dos demais órgãos para o Executivo, sem levar em conta que estas instituições também fazem parte do Estado", explicou o representante do TJ.

Udesc

Denise Arruda Bortolon

O ex-diretor da Esag, Osvaldo Momm, ingressou na Udesc em 1973, atuando como professor. Em 1991, trabalhou por dois meses na Pró-reitoria Administrativa, de 1994 a 1999 foi diretor geral da Esag e aposentou-se em 1999 por razões particulares, sendo que a principal delas foi a de que tornou-se sócio da Faculdade Decisão, uma instituição privada.

A relatora da CPI, deputada Simone Schramm (PMDB), indagou sobre os convênios de cooperação assinados entre a Fesag e a Esag/Udesc, mas o ex-diretor disse não saber da existência deles. "Estatutariamente, como eu era o diretor geral, também poderia ocupar o cargo de presidente do Conselho Deliberativo, porém, abri mão do cargo", esclareceu Momm. Sobre a relação entre Fesag e Esag, o ex-diretor salientou que existia uma parceria para a realização de cursos de especialização e MBA. "Os professores que davam aulas para esses cursos, que também ocupavam as salas de aula da Esag, eram adaptados de uma maneira que isso não fosse feito durante os horários de aula da Esag".

Segundo ele, a

Fundação ficava responsável pela consultoria e assessoria e a Udesc/Esag pela execução. "A Udesc assumiu o compromisso com o certificado. Ela certificava o curso, o que a Fundação não tinha condições de fazer, cuidava da gestão e do contrato de professores, entre outros assuntos". O ex-diretor salientou que, quando a Fundação adquiriu espaço próprio, resarcia a Esag, não só com aparelhos de ar condicionado, mas também com pagamento em espécie.

Já José Luiz Antonacce Carvalho foi admitido como professor pela Udesc em 1974, sendo chefe de departamento por duas vezes. A Fesag, segundo ele, é uma fundação de direito privado sem fins lucrativos, que presta atividades de consultoria, as-



Luiz Antonacce Carvalho

essoria e apoio ao centro de ensino. Ele afirmou não ter conhecimento de contratos entre Fesag e Esag/Udesc. Sobre a faculdade Única, mantida pela Fesag, Antonacce ressaltou que a instituição recebeu autorização do MEC, em 1996, e que não tem proprietário porque é mantida e controlada pela Fundação. "Não temos nenhum vínculo financeiro com a Udesc. Os alunos pagam suas mensalidades para a Fesag. A Fesag foi instituída por professores e funcionários vinculados à Udesc, mas hoje acredito que não seja mais porque muitos já se desligaram da Udesc".



Deputados Simone, Eccel e Berger ouvem Osvaldo Momm

Casan

Carlos Agne

Em seu depoimento aos deputados Dionei Walter da Silva (PT), Mauro Mariani (PMDB), também relator da CPI da Casan, e Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), o delegado regional do Trabalho, Odilon Silva, explicou os procedimentos da DRT no que diz respeito às homologações dos acordos coletivos e das alterações do Plano de Cargos e Salários. Mas o que chamou a atenção dos parlamentares foi o envio de dois ofícios à Comissão, considerados contraditórios.

"Primeiro, enviaram um ofício confirmando a homologação da alteração do plano efetuado no acordo coletivo de 1994, inclusive citando o número do processo. Em outro ofício, citam o mesmo número do processo, mas verificamos que ele é estranho à Casan, pertencendo a

outra pessoa. Como as maiores ações ganhas por servidores reclamantes estão respaldadas nesse acordo, procuramos ver o documento. A alegação é de que não localizaram ou até não exista esse tal documento, pois nos apresentaram a cópia que a empresa tinha em seu poder", explicou o presidente da CPI. Odilon Silva comprometeu-se a fazer uma procura mais minuciosa para



Dionei, Odilon Silva e Vieirão

localizar o processo, a pedido do relator. "Não sei o que aconteceu. Assumi a DRT no ano passado. Vamos ver o que podemos fazer", prometeu.

Também foram ouvidos os servidores Waldemar Antunes Ribeiro, Maurício Aldo Sardá e João Tibúrcio de Aguiar, cujos depoimentos, segundo os parlamentares, pouco contribuíram com as investigações.

Dívida Pública

Scheila Dziedzic

Por unanimidade, foi aprovado na manhã de segunda-feira (24) o relatório final da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) que investigou o valor da dívida pública do Estado. Criada em setembro de 2003, a CPI, presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), buscou esclarecer as divergências de valores apresentados em cartilhas produzidas pelo ex-governador Esperidião Amin e pelo atual governador, Luiz Henrique da Silveira. A primeira contabilizava, em 31 de dezembro de 2002, uma dívida de R\$ 10 bilhões, enquanto a segunda publicação garantia que o valor era de R\$ 15 bilhões.

O relator da CPI, deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), declarou que a conjuntura que ensejou o requerimento da CPI envolvia uma discussão política acerca da dívida pública, mas que não há qualquer mácula no comportamento dos dois governos, que cumpriram com o dever de transparência e informaram à população, juntamente com a dívida fundada, os valores referentes a riscos fiscais e dívidas das empresas públicas em que o Estado é garantidor. "O que houve foi uma divergência conceitual. Pelos depoimentos colhidos, pode-se afirmar que existem compromissos do Estado que, apesar de não constarem na dívida fundada, poderão vir a ser inscritos como tal. É o caso dos riscos fiscais e das dívidas das empresas, que podem vir a onerar o Estado", esclarece Mendonça.

O parlamentar cita trecho do depoimento do presidente do TCE (Tribunal de Contas do Estado), Salomão Ribas Júnior, onde afirma que ambos os governos agiram em simetria ao elaborar as cartilhas, portanto, não sendo passíveis de quaisquer crítica recíprocas a esse respeito. Peninha também sugeriu que seja solicitada ao TCE a realização de uma auditoria nas dívidas das empresas públicas.

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) destacou que o relatório apresentou uma conclusão sensata. "Não se pode apontar vencedor e vencido, pois qualquer investimento que o Estado venha a fazer vai criar dívida." Vieirão sugeriu que a, partir de agora, sejam feitas audiências públicas sobre os financiamentos que o Executivo pretenda contratar. O parlamentar citou como exemplo a Assembléia Legislativa, que teve autorizada a contratação de investimento no valor de R\$ 200 milhões para aplicação em obras de saneamento. Na avaliação de Kleinübing, a Comissão, que começou com motivação política, tornou-se um instrumento para que a sociedade seja informada sobre o processo de endividamento. "É um passo importante na transparência com o uso do dinheiro público, de maneira que a sociedade tome ciência sobre o que está sendo contratado e se deseja mesmo o investimento."

Plano Safra 2004/2005

Mirela Maria Vieira

Sindicatos, associações e cooperativas rurais, técnicos da Epagri, da Secretaria Estadual da Agricultura, prefeitos, secretários municipais, vereadores, lideranças políticas locais, gerentes e técnicos do Banco do Brasil e do BESC das regiões de Lages e de Rio do Sul reuniram-se nos dias 20 e 21 – respectivamente – em duas rodadas de discussões sobre o Plano Safra 2004/2005 e políticas de crédito estadual.

Realizado pela Comissão de Agricultura – partindo de proposta do deputado Dionei Walter da Silva (PT), o ciclo de seminários para discutir as reivindicações e ouvir as reclamações dos

produtores rurais catarinenses, principalmente no que se refere ao Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), já passou por São Miguel do Oeste, Chapecó, Concórdia, Fraiburgo, Lages e Rio do Sul. Nesta semana, a Comissão vai a Criciúma e Jaraguá do Sul. O ciclo encerra-se em Florianópolis, quando o documento final será elaborado para encaminhamento imediato aos governos estadual e federal.

Entre as principais reivindicações, defendidas não apenas pelos produtores rurais, mas também pelos agentes de crédito, principalmente Banco do Brasil, está a mudança na sistemática de lançamento do Plano. O programa de crédito é divulgado quase no final de junho, quando termina o ano safra iniciado sempre



Em Lages, Küster e Ceron mediarão os debates



Deputados Dionei e Peninha (ao centro), no seminário em Rio do Sul

em julho do ano anterior. A normatização do programa – essencialmente no que se refere à concessão dos financiamentos – demora muito nos caminhos governamentais e do Banco Central. O resultado é que o dinheiro acaba chegando atrasado nas mãos de quem quer plantar e, dependendo da cultura a que se dedicam, a safra fica comprometida. A unanimidade nos dois seminários foi de que o governo federal deve antecipar para maio o lançamento do Plano Safra.

A possibilidade das Cooperativas de Crédito também terem acesso aos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), para executarem o Pronaf, a escassez de recursos e a necessidade de se reavaliar as normas para enquadramento, também foi unanimidade nos dois

debates. Além da questão do número de hectares, divididos em módulos, o Pronaf tem cinco níveis de enquadramento dos agricultores, de A até E, que equivalem ao total que pode ser emprestado - de R\$ 2 mil, R\$ 3 mil, até o teto máximo de R\$ 27 mil -, a juros de 3% ao ano para o investimento e 4% para custeio.

Em Lages, o seminário foi conduzido pelo deputado Francisco Küster (PSDB), com a participação do deputado Antônio Ceron (PFL), e reuniu cerca de 50 pessoas no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores.

Em Rio do Sul, o seminário foi conduzido pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT) e contou com a participação do deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB).

Gerenciamento Costeiro

A Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP) realizou na noite de segunda-feira (24), na cidade de Aranguá, a quarta audiência pública para discutir o Projeto de Lei 150/03, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), que dispõe sobre Gerenciamento Costeiro em Santa Catarina. A audiência foi presidida pelo deputado Manoel Mota (PMDB) e contou com a presença de Ponticelli, do secretário da Agricultura e Meio Ambiente de Aranguá, Luís Esmael, do secretário de Pesca, Agricultura e Turismo de Arroio do Silva, Breno Xavier Neves, e

representando a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, João Guilherme Cunha.

“Pretendemos levar o projeto ainda este ano para o debate nas comissões de Justiça e de Finanças, além de fazer um trabalho em conjunto com o Executivo e os outros parlamentares, para que, em 2005, Santa Catarina já tenha sua Lei de Gerenciamento Costeiro”, comentou Ponticelli, lembrando que a proposição está na Assem-



Ponticelli (em pé): “Meta é entregarmos o plano à sociedade ainda este ano”

bléia desde o ano passado. O gerente de Planejamento Ambiental da Secretaria de Desenvol-

vimento Social, Urbano e Meio Ambiente, Alexandre Mainomi Mazer, apresentou estudos que

estão sendo realizados pelo governo estadual, citando a orla que compõe o extremo sul do litoral catarinense.

Segundo João Guilherme, o projeto traz diretrizes para as regiões próximas ao litoral que foram idealizadas após debates jurídicos e com urbanistas. Entretanto, o projeto foi idealizado para que não haja interferência entre a lei estadual e os planos diretores dos municípios. As universidades terão um papel fundamental no desenvolvimento e implementação do plano, pois elas já têm pessoal qualificado e também os estudos necessários para auxiliar e também informar a população sobre como agir, mantendo o progresso dessas áreas. (TK)

Audiência pública discute Programa Pró-egresso

A ressocialização do detento em Santa Catarina, através do Programa Pró-egresso, foi debatida em audiência pública realizada na tarde de quinta-feira (20), no plenário. A audiência, solicitada pela Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Odete de Jesus (PL), contou com a presença do juiz da Comarca de Tijucas, Vilson Fontana, do promotor do Ministério Público e do diretor do presídio de Tijucas, Andreas Eisele e Sérgio Alexandre, respectivamente, do representante do comandante geral da Polícia Militar, coronel Eliésio Rodrigues, e do representante do secretário estadual de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Mauro Dutra.

O encontro começou com o pronunciamento da deputada Odete falando sobre sua visita ao presídio daquela cidade e sobre o trabalho ali realizado. "Depois do que eu e o deputado Dionei Walter da Silva (PT) vimos, achei por bem

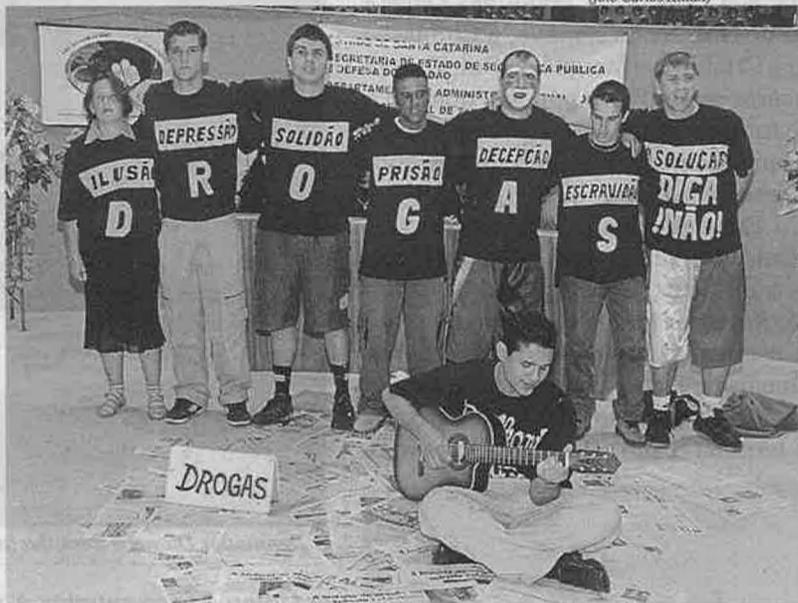
convidar as pessoas que estão por trás do projeto para debater o Programa Pró-egresso". Este programa surgiu do Projeto de Lei n.º 307/03, de autoria do parlamentar citado, que é destinado ao atendimento de população egressa do sistema prisional ou que cumpre pena em liberdade, dando-lhes toda a assistência necessária para sua reinserção social.

Após o discurso de abertura, a presidente do Conselho da Comunidade do Presídio Regional de Tijucas, Zenira dos Santos Inocêncio, apresentou o grupo teatral formado por detentos do presídio, denominado Brilhando na Escuridão. O grupo fez uma rápida apresentação sobre os malefícios do uso de drogas.

"Em cada presídio, é uma tristeza. Há detentos em

cima de detentos. Superlotação e falta de infra-estrutura. O preso é o fruto da sociedade, ou por ação, ou por omissão. E a sociedade deve se preparar para recebê-los," comentou Dionei depois da apresentação. Para Sérgio Alexandre, a sociedade tem uma visão deturpada dos presos, enquanto o juiz Fontana sa-

lientou o descaso geral para com os que cumprem ou cumpriram pena. Segundo ele, é preciso um presídio diferente, preocupado com o reeducando. O trabalho efetuado com o egresso é uma continuação do que é feito dentro do presídio e por isso é necessário que seja feito desde o primeiro dia do ingresso do reeducando. (GMP)



O grupo de teatro Brilhando na Escuridão, formado por detentos de Tijucas

Educação visita escola em Itajaí

A Comissão de Educação, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT), fez uma visita à Escola Industrial Nereu Ramos, de Itajaí, na manhã de quarta-feira (26). A visita foi solicitada pelos vereadores do município, para que os deputados tomassem conhecimento do estado de depreciação da instituição de ensino.

De acordo com Eccel, o prédio se encontra em estado de abandono. "Parece uma casa de terror, totalmente abandonada", sintetizou. O telhado está descoberto, quando chove molha-se quem estiver nas salas de aula, o cupim está acabando com a madeira, a maioria das janelas não tem vidros. Além disso, a escola está localizada ao lado do cemitério. "Quando chove, a água que desce do cemitério invade a cozinha da escola", conta o parlamentar. A biblioteca também está em péssimas condições, os livros estão sem capas e com páginas faltando. Cerca de 800 adolescentes cursam o ensino médio na escola. Eccel informou que vai pedir que a Alesc envie uma moção ao juiz responsável pela Comarca de Itajaí". (DAB)

Código de Conduta e Ética Pública

A criação do Código de Conduta da Administração Estadual e da Comissão Estadual de Ética Pública, vai garantir maior transparência e aumentar o controle social sobre o setor público. É esta a intenção do deputado João Paulo Kleinübing (PFL), autor das duas propostas. "Criando regras e um conjunto de normas ao qual os administradores estarão sujeitos, pode-se assegurar mais transparência e ampliar o controle da sociedade. Além de criar um ambiente no qual se possa resolver os conflitos éticos que aconteçam no exercício do cargo", explicou Kleinübing.

Se for aprovado, o projeto do Código de Conduta obrigará a apresentação da declaração de bens quando da posse e da saída do cargo público, a comunicação de qualquer variação significativa no patrimônio, proibirá recebimento de proventos da iniciativa privada e de transação com qualquer so-

ciência da qual faça ou tenha feito parte nos seis meses anteriores ao cargo, se participar com mais de 5% como sócio em qualquer empresa que mantenha vínculos com qualquer área da administração pública estadual. Também proibirá a nomeação de parentes em área de competência do administrador e o recebimento de presentes enquanto ocupar o cargo, para evitar qualquer conflito ético. "Esse conjunto de normas será a linha mestra de conduta do servidor. E a Comissão de Ética terá o papel de fiscalizar seu cumprimento, elevando cada vez mais o padrão de conduta dos ocupantes de cargos públicos da administração em Santa Catarina", argumentou Kleinübing.

O deputado João Henrique Blasi (PMDB) informou que os estados de Minas Gerais, Goiás e Amazonas já instituíram o Código de Con-

duto da Administração Estadual e que nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Pará está em implementação. Salientando a importância dos dois projetos, Blasi advertiu para a possível inconstitucionalidade, já que versam sobre a estrutura administrativa, de competência reservada ao Poder Executivo. O líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), sugeriu que os projetos de lei sejam transformados em indicação. Ambos aguardam manifestação de pedido de vista concedido ao deputado Blasi. (SD)



Debate foi realizado no Plenário

Licença-prêmio

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou a abertura de prazo de 10 dias para que o Executivo apresente sua defesa

em relação ao pedido de sustação do decreto que determinou a suspensão da concessão de licença-prêmio para

o magistério. Após esse período, a CCJ analisa o mérito da solicitação feita pelo deputado Antônio Ceron (PFL). (SD)

Gravidez na adolescência

Profissionais das áreas da saúde e da educação de várias regiões do Estado estiveram no plenarinho, na manhã de terça-feira (25), participando da audiência pública coordenada pela deputada Ana Paula Lima (PT), que discutiu a gravidez na adolescência. O encontro foi requerido pelo secretário estadual



Deputada Ana Paula e o secretário Dado Cherech

da Saúde, Dado Cherech, que anunciou para o próximo dia 3 uma reunião conjunta entre a sua pasta e a da Educação.

Criado em outubro passado para debater e desenvolver estratégias de prevenção e promoção da saúde do adolescente, o Fórum Estadual Permanente de Saúde na Adolescência esteve representado na audiência pela sua coordenadora, Vânia Lins. Entre algumas pro-

postas do Fórum estão a criação do Disque Saúde e o estabelecimento do Dia do Adolescente.

Pesquisa realizada no ano de 2002 na Maternidade Carmela Dutra, em Florianópolis, mostrou que metade das adolescentes grávidas morava com a própria família ou com a do pai da criança; 80% eram de classe sócio-econômica baixa; do total de jovens entrevistadas, 73% aban-

donaram a escola e 60% não planejaram a gravidez. De acordo com a ginecologista e representante da Sociedade de Obstetrícia de Santa Catarina, Cristiana Monteiro, em todo o país são realizados um milhão de abortos clandestinos entre adolescentes. As que assumem a gravidez, normalmente, têm

bebês prematuros e com baixo peso. Dos casais que casam "grávidos", 80% acabam se divorciando. O incentivo a métodos anticoncepcionais, não só nos postos de saúde, mas também nas escolas, é uma das sugestões da médica.

Nova audiência pública sobre o tema será realizada após a reunião das secretarias da Saúde e da Educação e com os resultados do Fórum Estadual da Adolescência. (RMPP)

Economia

A Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia reuniu-se na quarta-feira (26), quando elegeu o deputado Valmir Comin (PP) como vice-presidente. Após a eleição, 11 projetos foram apreciados e aprovados.

Na próxima reunião, os parlamentares discutirão a data da primeira audiência pública que tratará da adequação do processo de fabricação da cerâmica vermelha no Estado. Segundo o deputado Comin, a cerâmica vermelha requer atenção especial, pois Santa Catarina tem 750 olarias, que oferecem 40 mil empregos. (GMP)

Agricultura aprecia projetos

Em reunião na quarta-feira (26), a Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), apreciou quatro projetos, aprovando três deles. O primeiro, de nº341/04, proposto pela deputada Ana Paula Lima (PT), e relatado pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), institui o Projeto Araucária, destinado a estimular o plantio, a preservação e o manejo de araucárias.

O PL 95/04, de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL) também relatado pelo deputado Dionei, que reconhece o município de Frei Rogério como Capital Catarinense da Pêra, também está entre os aprovados. Da mesma for-

ma, o Projeto de Lei nº 974/04, apresentado por Agostini e relatado pelo deputado César Cim (PDT), reconhecendo o município de Rio Rufino como Capital Catarinense do Vime.

Já o Projeto de Lei nº 163/03, da deputada Simone Schramm (PMDB) e relatado pelo deputado Valmir Comin (PP), será debatido em audiência pública, antes de ser votada. A matéria dispõe sobre a comercialização e a utilização de adubo orgânico oriundo de camas de aviários e, segundo o deputado Pedro Baldissera - Padre Pedro (PT), esse projeto prejudicaria algumas regiões, como o Oeste, Extremo-Oeste e Sul do Estado. (DAB)

Aprovados

Vagas na Udesc

Projeto de Lei 128/04, de autoria do deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), que dispõe sobre a divulgação das vagas remanescentes na Udesc. De acordo com o projeto, o número de vagas existentes nos cursos de graduação da instituição, modalidade de transferência externa, será publicado em edital público específico, pela Pró-reitoria de Ensino, até 45 dias após o término do período de cancelamento e trancamento de matrícula.

lamento e trancamento de matrícula.

A transferência externa é a possibilidade de um aluno de outra instituição de ensino superior dar prosseguimento e continuidade aos seus estudos na Udesc. Esta fica obrigada a publicar o Edital mencionado no artigo anterior no Diário Oficial do Estado, em jornais de grande circulação no Estado e na página oficial da entidade na Internet. (DAB)

Produtos fumíferos

Emenda substitutiva global apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 89/04, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), que proíbe o consumo de cigarrilhas, charutos, cachimbos ou quaisquer outros produtos fumíferos, derivados ou não do tabaco, nas escolas públicas e privadas dos ensinos fundamental e médio. Sancionada a lei, o usuário estará sujeito à advertência e, em caso de reincidência, será retirado do recinto pelo responsável. Quanto ao estabelecimento de ensino, será advertido e receberá multa de R\$ 500 a R\$ 1.000, cobrada em dobro e até o triplo no caso de reincidência. (RV)

Conscientização

O Projeto de Lei nº 76/04, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), que institui o Programa de Conscientização 18 de Maio. A proposta consiste em um conjunto de ações e campanhas de conscientização a serem desenvolvidas pelo governo do Estado como forma de prevenir, informar e comba-

ter a violência e exploração sexual de crianças e adolescentes. As ações serão desenvolvidas e veiculadas na mídia, em especial, nos próprios meios estaduais, equipamentos urbanos, postos de saúde e entidades conveniadas e campanhas permanentes de informação destinadas ao público em geral. (TK)

Solidariedade

Após receber sanção do governo, Santa Catarina terá o Dia Estadual da Solidariedade, comemorado no dia 16 de dezembro. O plenário aprovou, na quarta-feira (26), o Projeto de Lei nº 501/03, de autoria do deputado Sérgio Godinho (PTB), que institui a data. Além disso, determina que os órgãos públicos estaduais e municipais, bem como a iniciativa privada, pratiquem ações voltadas à cidadania e solidariedade, promovendo atos gratuitos em diversas áreas, tais como a saúde, a educação, a cultura, o lazer e demais serviços que promovam a inclusão social.

Os atos solidários gratuitos deverão abranger diversas áreas como: cortes de cabelo, atendimentos médicos, oftalmológicos e odontológicos, palestras, confecção de certidão de nascimento, atividades esportivas e recreativas, campanhas de arrecadação de alimentos e roupas e encaminhamento jurídico.

O dia 16 de dezembro foi escolhido para homenagear o nascimento de Amábile Lúcia Visentainer, hoje Santa Paulina. (GMP)

Agenda

Dia 31, 9h - II Encontro Parlamentar Mercosul Audiovisual, atividade integrante do 8º FAM 2004 - Florianópolis Audiovisual Mercosul
Local: Plenário

Dia 31, 19h - CPI da Casan - Depoimentos de Tarcísio Adada, que permaneceu 60 dias na Consultoria Jurídica da empresa, Antonio Fernando de Alcântara Athayde, procurador do Estado e ex-coordenador do Cemep (Controle dos Serviços Jurídicos das Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas) e Juliano Dassena, procurador do Estado e atual coordenador do Cemep
Local: Sala das Comissões

Dia 31, 19h - Sessão solene em homenagem aos 150 anos da Biblioteca Pública do Estado

Local: Plenário

Dia 1º, 19h - Lançamento do espetáculo "A Tomada de Laguna"

Local: Hall da Assembléia Legislativa

Dia 2, 19h - Sessão solene em homenagem à Associação Empresarial de Criciúma

Local: Plenário

Dia 3, 14h30min - Abertura oficial do Seminário sobre Legislação Eleitoral

Local: Plenarinho

Dia 3, 20h - Lançamento do Campeonato Sul Brasileiro de Parapente - Etapa de Santa Catarina e exposição de materiais alusivos ao vôo livre

Local: Hall e Galeria de Arte Meyer Filho

TVAl amplia alcance

A partir de segunda-feira (31), o *Jornal da Assembléia* e a *Revista da Semana*, noticiários produzidos pela TVAl, passam a ter transmissão diária pela TV Executiva da Embratel, captada em todo o Estado pelas antenas parabólicas analógicas.

Para quem possui antena parabólica, que capta apenas emissoras nacionais, a transmissão diária dos programas jornalísticos da TV Assembléia Legislativa, através da TV Executiva da Embratel, é uma oportunidade única de assistir a um noticiário estadual.

A entrada no satélite B1 da Embratel (TV Executiva) faz parte do projeto da TVAl de ampliação do acesso da sociedade às informações do Legislativo, junto com as transmissões em TV aberta, previstas para começar este ano. A TV Executiva da Embratel possui uma grade nacional, com diversos pro-

gramas. Como havia a disponibilidade de meia hora diária, a Assembléia Legislativa adquiriu este espaço e a TVAl escolheu seus programas de jornalismo para exibição.

De acordo com a direção da TVAl, o *Jornal da Assembléia* e a *Revista da Semana* – que faz um resumo dos principais fatos e é exibida às sextas-feiras –, estão consolidados como espaços em que a intensa produção do Legislativo tem uma cobertura completa. O *Jornal da Assembléia* foi criado há nove meses e conta, além das matérias estaduais, com noticiário político recebido direto de Brasília através da Radiobras.

Interação

Junto com a entrada nas antenas parabólicas, a TVAl vai instituir no *Jornal da Assembléia* um quadro para estimular a interatividade entre a sociedade e o Legislativo. A emissora responderá, dentro do *Jornal*, a perguntas dos telespectadores,

feitas através do telefone 0800 645 7890. As ligações devem ser feitas durante a edição do telejornal.

A programação completa da TVAl é transmitida somente por TV a cabo para 19 municípios catarinenses.

Horários

Jornal da Assembléia: segundas, quartas e quintas, a partir das 12h30min, e nas terças, a partir das 11h55min

Revista da Semana: sextas, às 12h30min

Como Sintonizar

Canais 13, 17 e 19
Florianópolis - Itaipava - Itapiranga - Itajaí
Frequências: 1.380 MHz (canal 13)
C) ou 1.220 MHz (canal 17)
entre o Hade Vidé e Canal Futura



Audiências Públicas do Orçamento Regionalizado 2005

OPINAR
QUANDO VOCÊ
PARTICIPA,

DISCUTIR
TRANSFORMA
ESTAS PALAVRAS

PLANEJAR
EM CONQUISTAS
PARA SUA REGIÃO.

DECIDIR

Dez reuniões, uma prioridade: a sua região.

De 31 de maio a 4 de junho a Assembléia Legislativa e o Governo do Estado promovem as Audiências Públicas do Orçamento Regionalizado.

Você participa e ajuda a definir as obras e ações mais importantes para a sua região no Orçamento Estadual para 2005.

REGIONAIS DE MARAVILHA, SÃO MIGUEL DO OESTE E PALMITOS
Segunda-feira, dia 31, às 13h00
Local: Maravilha
Maravilhas Park Hotel
BR 282, trevo de acesso à cidade

REGIONAIS DE JOINVILLE, JARAGUÁ DO SUL E MAFRA
Segunda-feira, dia 31, às 13h00
Local: Joinville
Centro de Convenções Alfredo Salfér (anexo ao Centreventos)
Av. José Vieira, nº 315 - Centro

REGIONAIS DE ITAJAÍ, BRUSQUE E BLUMENAU
Terça-feira, dia 1º, às 13h00
Local: Itajaí
UNIVALI Campus 01
Auditório Prof. Nestor César de Carvalho, BL. 16, 1º andar

REGIONAIS DE XANXERÊ, SÃO LOURENÇO DO OESTE E CHAPECÓ
Terça-feira, dia 1º, às 13h00
Local: Xanxerê
Escola de Educação Básica Artur da Costa e Silva
Av. Brasil, na entrada da Cidade, próximo à SDR

REGIONAIS DE RIO DO SUL, IBIRAMA E ITUPORANGA
Quarta-feira, dia 2, às 13h00
Local: Rio do Sul
Centro de Eventos Herman H. Pumphagen
R. Severino Lenzi Bro
Canta Galo

REGIONAIS DE JOAÇABA, CONCÓRDIA E CAMPOS NOVOS
Quarta-feira, dia 2, às 13h00
Local: Joaçaba
SENAI
R. Frei João, 400 - Centro - Luzerna
Em frente ao Hospital São Roque

REGIONAIS DE CRICIÚMA, LAGUNA, TUBARÃO E ARARANGUÁ
Quinta-feira, dia 3, às 13h00
Local: Criciúma
AMREC
Av. Santos Dumont, nº 855
Bairro Milanese

REGIONAIS DE CAÇADOR, CANOINHAS E VIDEIRA
Quinta-feira, dia 3, às 13h00
Local: Caçador
Salão Nobre da Reitoria da UNC
R. Atílio Fauro, Centro de Caçador

REGIONAL DE SÃO JOSÉ
Sexta-feira, dia 4, às 13h00
Local: São José
FCEE - R. Paulino Pedro Hermes, nº 2785
São José

REGIONAIS DE LAGES, SÃO JOAQUIM E CURITIBANOS
Sexta-feira, dia 4, às 13h00
Local: Lages
Salão de Athos - CAVE UDESC
Av. Luiz de Camões, nº 2090

Sua participação
é muito importante.

De 31 de maio
a 4 de junho



Promoção:



Assembléia Legislativa
do Estado de Santa Catarina
Promovendo democracia com você

Coordenação:

Secretaria de Estado de
Planejamento, Orçamento
e Gestão

Comissão de Finanças
e Tributação

Secretarias de
Desenvolvimento
Regional



Coordenadoria do
Orçamento Estadual

Conselhos de
Desenvolvimento Regional